

## **Narrativas autônomas na cidadania digital: a emergência de vozes das bordas da Amazônia<sup>1</sup>**

Marina MAGALHÃES<sup>2</sup>

Evandro José Medeiros LAIA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Amazonas, Parintins, AM

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

### **RESUMO**

O artigo constrói uma abordagem para investigar como as narrativas autônomas produzidas e circuladas a partir das “bordas do planeta” (KRENAK, 2019) se inscrevem na ecologia da cidadania digital (DI FELICE, 2020), a partir das discussões sobre plataformização, narrativas autônomas (LAIA, 2023) e sobre a digitalização de aldeias indígenas (PEREIRA, 2023). Com o intuito de contribuir com esse inventário, propomos neste artigo elementos para pensar e fomentar a produção de narrativas autônomas nas “bordas da Amazônia”, em particular no estado do Amazonas, na região do Baixo Amazonas, polarizada pelo município de Parintins (ilha situada a 369 quilômetros da capital Manaus).

**PALAVRAS-CHAVE:** narrativas autônomas; cidadania digital; plataformização; Baixo Amazonas; ecologia conectiva.

### **INTRODUÇÃO**

As Big Techs, as seis maiores empresas do setor de tecnologia da informação do mundo, formam um monopólio de escala global, ampliando a concentração do poder de mediação a partir do controle da maior parte dos fluxos de informação digital no planeta, reforçando a perspectiva da economia política da comunicação, de que a emergência das plataformas digitais reforça a acumulação de poder em nível global. É neste cenário que testemunhamos a expansão das gigantes, a crescente ação dos algoritmos no cenário informacional e a dataficação do mundo, o “processo de tradução da vida em dados digitais rastreáveis, quantificáveis, analisáveis, performativos” (LEMOS, 2021, p.194).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Tecnologias e Culturas Digitais do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação (Universidade Nova de Lisboa), Professora do curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFAM, email: [marinamagalhaes@msn.com](mailto:marinamagalhaes@msn.com).

<sup>3</sup> Doutor em Comunicação e Cultura (UFRJ), Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e da graduação em Jornalismo da UFOP, email: [evandro.medeiros@ufop.edu.br](mailto:evandro.medeiros@ufop.edu.br).

---

Este processo é franqueado pelas plataformas digitais, complexos arranjos com fins lucrativos em torno e a partir dos quais os usuários organizam suas atividades (POELL et al. 2020).

As redes sociais digitais, como parte de um ecossistema midiático, reconfiguraram-se como grandes plataformas globais que gerem os processos comunicacionais em todo o planeta. O conceito de plataformas, inicialmente, tirou de cena a ideia de uma “internet generativa” e precipitou a ideia de uma “rede aplicada” (POELL et al, 2020, p.3) de sites e redes sociais, plataformas de convergência de sistemas, protocolos e redes, como Facebook, YouTube, Instagram, Twitter. É fato que Big Techs como Apple, Microsoft, Alphabet (controladora da Google), Amazon, Tesla e Meta (antiga Facebook) controlam, juntas, a maior parte dos fluxos de informação digital no planeta. Entende-se, portanto, que o negócio das redes sociais deixou de ser a conexão entre pessoas e transformou-se no mapeamento dos padrões que emergem destas conexões, de acordo com José van Djick (2013), reforçando a perspectiva de que a emergência das plataformas digitais reforça a acumulação de poder e governança.

Na esteira das Big Techs, o desenvolvimento dos algoritmos tornou possível inferir padrões de comportamento individuais e coletivos a partir de operações de probabilidade. As plataformas passaram, a partir de então, de um papel de intermediárias de relações para um lugar de mediadoras, criando necessidades que programam a vida dos usuários para objetivos específicos. “É comum, porém pensarmos em plataformas como atividades de rede facilmente acessíveis; porém, em vez disso, a construção de plataformas e práticas sociais é mutuamente constitutiva. Socialização e criatividade acontecem enquanto as pessoas estão ocupadas vivendo suas vidas” (DJICK, 2013, p.6).

Porém, ainda que a partir deste modelo de negócios, as plataformas digitais inauguraram a possibilidade de produção e circulação de relatos com traduções de mundo que não passam pelo “liquidificador modernizante do Ocidente” (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p.15). Ou seja, neste cenário de vigilância e rastreamento de dados, existem fissuras pelas quais ecoam vozes pouco visibilizadas ou mesmo excluídas pela mídia hegemônica. Assim, as plataformas digitais funcionam, entre outras coisas, como um espaço para reverberação de vozes que até então não acessavam os meios para produção e disseminação de narrativas e, exatamente por isso, eram traduzidas apenas por aqueles que tradicionalmente ocupavam os lugares de mediadores, nos veículos de comunicação.

---

Desta experiência emergiu todo um imaginário sobre aqueles que estavam fora do seletor “clube da humanidade” (KRENAK, 2019, p.14), gente alijada da construção do espaço midiático massivo. Com a disseminação de aparelhos conectados em rede, a possibilidade de produzir narrativas autônomas, fora do agendamento midiático, concretizou-se como uma ferramenta de net-ativismo,

uma manifestação ecológica e/ou reticular, que envolve o orgânico e o inorgânico, perante sua legitimidade. Essa manifestação, em alguns casos, surge como uma associação involuntária, um protesto cibernético que emerge em forma de rede e nas redes digitais, geralmente em nome de uma causa, e pode ir às ruas espalhadas em múltiplas bandeiras. Ocorre independentemente da posição política. Está relacionada a uma prática e a um comportamento que envolvem tecnologias, algoritmos, inteligências cibernéticas, humanos e não humanos, no uso e no contexto de atores reivindicantes. (MAGALHÃES e FRANCO, 2023, p.16).

Este artigo apresenta, a partir destes pressupostos, um caminho, uma abordagem para mapear iniciativas que já existem e para fomentar a expressão autônoma em redes digitais em comunidades ribeirinhas, especialmente indígenas, na região do Baixo Amazonas, polarizada pelo município de Parintins (ilha situada a 369 quilômetros da capital Manaus). É neste contexto que se desenvolve o projeto Cidadania Digital<sup>4</sup>, que observa as relações comunicacionais de comunidades ribeirinhas e indígenas, a partir da perspectiva do digital. A iniciativa inclui, entre muitas outras atividades, a observação de campo e a construção coletiva de saberes sobre produção de narrativas em audiovisual, mídia sonora e fotografia e disseminação de conteúdos pela internet. Portanto, este artigo constrói um caminho para a realização deste trabalho, a partir da proposta de dois pesquisadores que participam deste projeto.

## **VOZES INDÍGENAS E NARRATIVAS AUTÔNOMAS**

Eliete Pereira (2023) propõe, em meio à realização do III Congresso Internacional da Cidadania Digital em Manaus e Parintins (Amazonas), em novembro de 2022, esboçar uma genealogia da comunicação digital indígena no Brasil a partir do surgimento da

---

<sup>4</sup> Projeto desenvolvido na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em parceria com o Centro Internacional de Pesquisa Atopos (USP/CNPq), financiado com recursos do Governo do Estado do Amazonas, por meio do Edital N. 005/2022 (Programa Humanitas) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

---

internet, retomando estudos anteriores e, mais importante, abandonando uma abordagem antropocêntrica, ou seja, os pressupostos clássicos da comunicação que incluem a centralidade humana no processo comunicativo e a determinação tecnológica, justamente para não cair na cilada de reduzir as cosmologias indígenas, conectivas por excelência, ao debate do momento.

Iniciativas como Rede Povos da Floresta, Índios Online, Rádio Yandê, Mapa Cultural Suruí, Centro de Documentação Digital Ikpeng, #SomosTodosGuaraniKaiowás, Escuta da Floresta, Portal Muká Mukau, Mídia Indígena<sup>5</sup>, elencadas no inventário, são exemplos de vozes que transbordam dos seus pedaços de mundo em colaboração com as tecnologias digitais. Em diferentes paisagens geográficas e conectivas, tais experiências revelaram um processo de fortalecimento cultural e reelaboração étnica dessas comunidades, para além de “o protagonismo indígena, a visibilidade, a simbiose, o ciberativismo, o net-ativismo, o fortalecimento e a expansão das alianças e redes de apoiadores e a digitalização da localidade” (PEREIRA, 2023, p. 145) como resultados dessas interações, apontados por distintas investigações sobre o tema.

Pereira lembra que não há estatísticas sobre a digitalização de aldeias e a presença de grupos indígenas na internet. Mas é certo afirmar que o processo se expandiu através das iniciativas de organizações não-governamentais (ONGs) e de organizações governamentais executoras de políticas públicas de inclusão digital, especialmente pelo Programa GESAC e Pontos de Cultura Indígena (2007-2016), do Ministério da Cultura. Os blogs pessoais e os sites de associações apareciam como as primeiras manifestações, mas agora, a partir da reorganização dos fluxos informacionais através das grandes plataformas globais, a expressão indígena brasileira digital concentra-se especialmente nas redes sociais Facebook e Instagram e no aplicativo de mensagens WhatsApp. É nestas plataformas que encontramos perfis como das ativistas Txai Suruí (@txaisurui) e Sâmela Saterê-Mawe (@sam\_sateremawe). Também entram neste inventário as tecnologias de monitoramento do território e de gestão ambiental, como o uso de GPS pelo povo Munduruku para a autodemarcação, o Mapa Cultural Suruí, o projeto Escuta da Floresta do povo Tembê. Tais experiências configuram-se como alianças entre tecnologias digitais e ancestrais para preservação e difusão de saberes.

---

<sup>5</sup> O coletivo era chamado anteriormente como “Mídia Índia”, mas a partir do dia 19 de abril de 2023 adotou a nova identidade.

---

As iniciativas inventariadas por Pereira (2023) dialogam diretamente com a ideia de uma autonomia narrativa, especialmente a partir da entrada das plataformas digitais em cena. Vejamos dois exemplos. O primeiro é o do Mapa Cultural Suruí, desenvolvido em 2007, a partir de uma iniciativa inédita entre o povo Suruí Paiter, de Rondônia, e o Google Earth. O líder do grupo, Almir Narayamoga Suruí, elaborou um conjunto de ações, em parceria com a Big Tech, para “reunir conhecimento tradicional e tecnologia, na gestão territorial e ambiental da sua terra indígena” (PEREIRA, 2023, p.138). A primeira ação foi o desenvolvimento do Mapa Cultural Suruí Paiter, a reconstrução cartográfica do território desse povo utilizando as ferramentas do Google Earth, Picasa, Google Docs e YouTube, a partir da orientação de uma equipe da Google.

De lá pra cá, já notamos uma substancial diferença de autonomia em relação ao segundo exemplo, o movimento #SomosTodosGuanariKaiowá, o qual Pereira (2023, p.141) considera “a experiência mais emblemática de net-ativismo indígena nos últimos anos”. Em 2012, indígenas da comunidade Guarani-Kaiowá Pyelito Kue/Mbarakay, vivendo em um território em processo de reconhecimento próximo à cidade de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, tornaram pública uma declaração de suicídio coletivo de 170 homens, mulheres e crianças depois de terem recebido uma ordem de despejo decretada pela Justiça de Naviraí, cidade vizinha.

Em pouco tempo, a difusão da declaração na Internet repercutiu num movimento espontâneo nas redes digitais. A viralização do #SomosTodosGuanariKaiowás, #GenocídioGuarani no Twitter e em páginas na internet e a adoção do etnônimo “Guarani Kaiowá” pelos usuários e personalidades públicas do Facebook transbordaram os circuitos das redes, ocasionando atos públicos nas ruas em diversas cidades do país e do exterior. Essa ação provocou uma pressão inédita ao governo e à FUNAI, para que agissem diretamente na mediação do conflito. (PEREIRA, 2023, p.141)

Para Fábio Malini (2017), o episódio inaugurou a inserção brasileira em lutas sociais tecnopolíticas, iniciando os desdobramentos que produziram as mobilizações do Junho de 2013, no ano seguinte. “O #SomosTodosGuaraniKaiowas abriu ondas de protestos baseados na defesa dos direitos de minorias” (MALINI, 2017).

A produção de narrativas sobre si, sobre os seus corpos, culturas, territórios não esgotam o repertório de conexões desses movimentos, mas representam um ponto em comum. Por meio da criação de blogs, sites, páginas e perfis nas redes sociais digitais – Facebook, Instagram, Twitter etc. –, canais de áudio e vídeo no YouTube e nas

---

plataformas de *streaming*, essas vozes se encontram na produção de narrativas autônomas, que podem ser definidas como “uma infinidade de relatos diversos, unidos pela ideia de visibilizarem situações que costumam ficar de fora do agendamento midiático, frequentemente a partir de plataformas de acesso gratuito” (LAIA, 2023, p. 3). Estes relatos, ainda que diversos, estão marcados por três características em comum: 1) o uso da tecnologia *streaming* e grandes plataformas de acesso gratuito; 2) a produção de narrativas autônomas que furam o “bloqueio da mídia”, agendando a mídia tradicional; 3) o potencial de produzir traduções menos redutoras da diferença.

Quatro contextos de produção ajudam a observar o fenômeno (LAIA, 2023), que elencamos a seguir. O primeiro deles é a produção de vídeo como prova de violação de direitos, prática que tem uma relação direta com o uso do telefone celular como proteção nas manifestações depois do Junho de 2013. O nome “vídeo como prova” tornou-se comum para definir uma série de produções, não somente aquelas que, de fato, funcionam como provas judiciais, mas também as que funcionam com evidência, ou seja, movimentam as redes levantando a opinião pública a partir da exposição de violências e violações de direitos. Quando estas narrativas entram no ecossistema midiático, como foi o caso do movimento #SomosTodosGuaraniKaiowá, concretizam a potencialidade de narrar de modo autônomo situações, histórias, crimes, especialmente violações de direitos. É neste tipo de ação que se insere, por exemplo, o caso da trabalhadora doméstica Cláudia Silva Ferreira, mulher negra, morta por um tiro disparado por uma policial militar durante uma abordagem na comunidade em que ela vivia, no Rio de Janeiro, em março de 2014. Ela foi colocada no porta-malas da viatura para ser levada ao hospital, onde já chegou morta. Durante o percurso, o porta-malas do carro se abriu e seu corpo ficou preso ao veículo pela roupa. O caso foi registrado, com um telefone celular, por uma pessoa que seguia de carro logo atrás e “foi fundamental para que o Estado do Rio de Janeiro assumisse a responsabilidade e firmasse o acordo para indenizar os familiares de Cláudia” (WITNESS, s/d, p.106).

As experiências das *lives* da pandemia e as audiovisualidades emergentes, a partir da aceleração do processo de plataformização da vida durante a pandemia de Covid-19, formam o segundo contexto. As transmissões audiovisuais ao vivo pela internet, por aplicativos, já figuravam como formato da produção audiovisual em perfis de redes sociais antes da pandemia, mas foi durante o isolamento social que as *lives* ganharam

---

relevância e cresceram exponencialmente. Um exemplo relevante sobre o uso da tecnologia *live streaming* para produção de narrativas autônomas é o portal Voz das Comunidades<sup>6</sup>, do Rio de Janeiro, que produz e reúne notícias de colaboradores de uma rede de comunidades cariocas, sob coordenação do jornalista e ativista Renê Silva. Ainda nos primeiros meses de pandemia, o Voz apostou em formatos remotos de cobertura ao vivo, no seu canal no Youtube<sup>7</sup>, transmitidas em tecnologia *live streaming*, levando informações sobre a Covid-19, além de prestação de serviços, como um tira-dúvidas sobre o Auxílio Emergencial com especialistas.

A emergência de vozes das “bordas do planeta” é o terceiro contexto, formado a partir da apropriação dos meios de produção de narrativas plataformizadas por grupos que estavam fora da agenda pública midiática, especialmente aqueles cuja existência está ligada aos seus territórios. Mulheres e homens envolvidos na produção autônoma de *streaming* a partir da experiência da pandemia são mais velhos que os jovens midiativistas das manifestações do Junho de 2013, então jovens com menos de 30 anos, majoritariamente de classe média, brancos, pautando questões relativas aos grandes centros urbanos. A controvérsia pandemia fez emergir vozes que só fazem sentido quando ligadas aos seus territórios, ou, nas palavras de Aílton Krenak (2019, p.21), "aqueles que ficam meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes - a sub-humanidade". Há exemplos de canais no YouTube que ganharam muito relevância, como é o caso do canal do YouTube do Núcleo de Produção Audiovisual Reikwaapa<sup>8</sup>, sediado na aldeia guarani Kaagwy Porã (Aracruz-ES). O núcleo foi idealizado pelo cacique da aldeia Nova Esperança, Marcelo Guarani, e o documentarista capixaba Ricardo Sá. A equipe é composta exclusivamente por jovens Guarani que residem na aldeia Nova Esperança, no interior da Terra Indígena Tupinikim e Guarani, no município de Aracruz.

Por fim, a disseminação de narrativas negacionistas forma o quarto contexto, a partir do uso de todas as estratégias anteriores, emulando estratégias de comunicação desenvolvidas no caldeirão de 2013 até a pandemia, fomentando a desinformação, a partir de narrativas produzidas fora do agendamento midiático. Entre muitas experiências, vale

---

<sup>6</sup> Disponível no endereço: <https://www.vozdascomunidades.com.br>.

<sup>7</sup> Disponível no endereço: <https://www.youtube.com/VozdasComunidades>.

<sup>8</sup> Disponível no endereço: <https://www.youtube.com/channel/UCvjg4Rc1YUbl9sj1h7y5rRQ>.

---

a pena citar o modo como o ex-presidente Jair Bolsonaro usou as transmissões ao vivo, pela sua página no Facebook<sup>9</sup>, para se comunicar diretamente com seus apoiadores, em lives semanais. Por diversas vezes, Bolsonaro usou o espaço como veículo de pronunciamento, com a participação de políticos aliados, secretários e até ministros de estado.

Nos interessa aqui focalizar o terceiro contexto, das vozes das "bordas do planeta", o qual inclui a experiência indígena na Internet, como inventariada por Pereira (2023) como um mapeamento ancestral, visto que a condição conectiva marca o modo de existência destes povos, seja por experiência como o xamanismo e seus análogos, seja pela experiência da web. Ao mesmo tempo, a Internet torna possível aos não indígenas vislumbrar imagens da vida na floresta para além do passado que ainda habita o imaginário ocidental. Pereira (2023, p.148) lembra que a digitalização dos povos indígenas deve ser abordada, numa chave heideggeriana, não como uma intervenção externa no próprio mundo simbólico, "mas como a extensão e a tradução deste em direção a uma nova linguagem audiovisual e conectiva". Propomos que esta constituição das coisas, ou seja, desta nova ambiência, seja lida a partir dos conceitos de cidadania digital e net-ativismo, que orientam, de modo mais amplo, o projeto Cidadania Digital.

## **CIDADANIA DIGITAL E NET-ATIVISMO**

Ao contrário de iniciativas de comunicação não hegemônica anteriores à Internet, registradas, mapeadas e analisadas por inúmeras investigações, as narrativas autônomas nascem em ambiente plataformizado, são geradas em uma ecologia midiática reticular. Tais narrativas emergem em um cenário de profunda alteração da nossa condição habitativa, por meio da qual, graças ao advento das redes digitais de interação, das redes neurais e das formas de inteligências automatizadas conectivas, os limites dos Estados Nacionais foram ampliados para toda a biosfera (DI FELICE, 2020). Na nova paisagem reticular e interativa, deixamos de habitar apenas cidades, estados ou nações, assim como já não participamos socialmente apenas por meio dos canais políticos tradicionais. “O

---

<sup>9</sup> Disponível no endereço: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro>.

---

nosso agir hoje é conectado. O nosso “comum” e a nossa ecologia se estendem muito além dos limites da pólis, da esfera pública e do espaço político do Estado” (DI FELICE, 2020, p.7).

Desde os primeiros estágios da internet, assistimos a uma contribuição profícua entre movimentos ativistas e as tecnologias digitais, a exemplo do movimento indígena Zapatista, que em meados de 1990 ampliou as questões abordadas inicialmente em Chiapas, no México – contra a entrada do país no Acordo de Livre Comércio da América do Norte, com o Canadá e os Estados Unidos –, para uma luta contra o neoliberalismo por todo o globo. Cerca de dez anos depois, com a entrada na fase web 2.0, a partir da criação de páginas, perfis e canais pessoais em redes hiperconectadas como YouTube, Twitter, Facebook, Instagram, outros movimentos – Anonymous, Primavera Árabe, Geração à Rasca, Movimento 15-M (Indignados), Occupy Wall Street, Jornadas de Junho de 2013 etc. – ajudaram a expandir a ideia de comum por meio de novas formas de colaboração e resistência que se propaga em fenômeno de tomada coletiva da palavra de alcance global.

À luz do conceito de net-ativismo, tais fenômenos podem ser compreendidos como “um agir em rede, como uma ação coletiva, impulsionada pela descrença nos valores das instituições que até então ditavam as regras para a base da pirâmide – ordem cada vez mais desestabilizada com o advento da internet, sobretudo em sua fase web 2.0” (MAGALHÃES, 2018, p.84).

Para Massimo Di Felice (2017, p. 97), impulsionada pela difusão da banda larga e das formas de conexão Wi-Fi, a dimensão da interação nas redes vai além da lógica da troca opinativa entre cidadãos, “própria das dinâmicas de interação da esfera pública”. Mais do que isso, na perspectiva do net-ativismo, configura-se como interações reticulares complexas, que permitem a experimentação de ações colaborativas resultantes da troca de informações entre humanos, dispositivos de conexão e dados.

“A participação assume, assim, as formas de um particular tipo de interação, não mais resultado de um fazer do sujeito-ator, nem de um fazer técnico sobre o sujeito, mas de algo que toma forma pelas múltiplas interações colaborativas entre entidades diversas” (DI FELICE, 2017, p. 97).

O net-ativismo deve, então, ser observado como algo distinto do ativismo dito tradicional (estudantil, sindical, dentre outros), com bandeiras bem definidas, líderes, sedes e cartilhas. Enquanto os movimentos ativistas anteriores à internet geralmente

---

focalizavam o diálogo com políticos para terem as suas pautas contempladas – em campanhas eleitorais, projetos, medidas –, o net-ativismo se desenvolve na forma rede, horizontal, rompendo a lógica da participação pelos canais políticos tradicionais. Logo, ampara-se na conexão entre pessoas, redes digitais, plataformas e aplicativos diversos, incluindo nesse elenco os algoritmos, robôs e até vírus de computador.

Na seara dessas mobilizações, as orientações podem partir de qualquer ponto, já que o diálogo entre os membros do coletivo, ao menos potencialmente, pode ocorrer “de igual para igual” na arquitetura das redes. “Talvez por isso esses movimentos tendem a ser passageiros – a maior parte surge repentinamente, como levantes que desaparecem tempos depois, sem a pretensão de se institucionalizar em partidos, associações ou organizações.” (MAGALHÃES, 2021, p. 21).

Contudo, entre as contradições próprias dos movimentos net-ativistas e das ações colaborativas nas redes sociais digitais, há casos que experimentam possibilidades de participação mais organizadas dentro de plataformas digitais criadas – ou reapropriadas – para tal. É o caso dos chamados “Partidos Redes” ou “Partidos Digitais” (FERREIRA, 2023), dentre outras iniciativas e coletivos que defendem estruturas baseadas em valores como: transparência, colaboração, democracia participativa (e não somente representativa), desenvolvimento sustentável, economia colaborativa, defesa das minorias etc. Entre esses últimos, destacamos os projetos de comunicação e resistência indígena em expansão na Amazônia, como a Rede Wayuri (Amazonas), a Rede Wakywai (Roraima)<sup>10</sup>, para além daqueles já citados na genealogia amparada em Pereira (2023).

Em outras palavras, por meio do net-ativismo e da circulação de narrativas autônomas na fissura de poderosas plataformas digitais (Big Techs), desenha-se uma nova forma de cidadania em colaboração com toda a sorte de entidades (humanas e não humanas), para além da ideia clássica ocidental que limitava o poder de decisão aos sujeitos humanos em torno da pólis, através das assembleias e parlamentos, seja pelo poder do voto ou do levantar das mãos. Para Di Felice (2020, p.7), na teia dessa nova ecologia reticular, a ideia contemporânea de cidadania se constrói em comunhão com o digital, definindo o termo cidadania digital para denominar “a expansão dos direitos e das

---

<sup>10</sup> Sobre as redes citadas, ler a dissertação de mestrado “Comunicação indígena em Roraima e a criação de novas territorialidades digitais: Rede Wakyway, resistências e saberes amazônicos” (LIMA, 2022).

---

formas participativas parlamentares” por meio do advento desse “novo tipo de comum, conectado e interativo”.

Em colaboração com as plataformas digitais, a construção dessa nova forma de cidadania sinaliza

a transição de formas subjetivas e humanísticas de interação e cidadania para formas digitais, algorítmicas e infoecológicas de participação e de vida. É necessário mudar nossa concepção do social e nos prepararmos para habitar as infoecologias e as redes do mundo que está por vir (DI FELICE, 2020, p. 181).

No documento “Manifesto pela Cidadania Digital”, o autor e outros signatários identificam as mudanças aportadas pelas redes digitais na participação cidadã, nas tomadas de decisões e na política em geral a partir de quatro eixos. A saber: 1) a mudança da ideia de sociedade para a concepção de redes conectivas (não apenas humanas nem presas a um lugar físico ou nação específica); 2) a passagem dos parlamentos para as plataformas digitais (que incluam outras entidades – os dados, o clima, a biodiversidade – em um processo compartilhado de participação); 3) a transição do sujeito político para a pessoa digital (ou pelo infovíduo, o “todo” indissociável da pessoa física e da digital, composta pelo conjunto de dados e conexões); e 4) formação para a cidadania digital, a qual implica a promoção de um habitar consciente dessas redes.

É nesta perspectiva que convém, portanto, investigar como as narrativas autônomas produzidas e circuladas a partir das “bordas do planeta” se inscrevem na ecologia da cidadania digital. Para tal, direcionamos o nosso olhar para a questão das narrativas autônomas circulantes nas “bordas da Amazônia”, com foco na região do Baixo Amazonas, sensível às particularidades nas dinâmicas de interação dos seus povos com as tecnologias digitais.

A palavra digitalização, usada por Eliete Pereira (2023) em seu inventário, trata, de acordo com André Lemos (2021), do processo de conversão do objeto analógico em digital, que teve início com o avanço da microinformática, entre os anos de 1970 e 1990. O que vivemos mais recentemente, de acordo com o autor, é o processo de dataficação, que está um passo à frente do anterior, e se constitui a partir de métodos de coleta, processamento e tratamento de dados, a partir das grandes plataformas digitais, para produzir diagnósticos, com o intuito de realizar previsões.

Mesmo que processos de digitalização continuem a acontecer (criar um website, quantificar o número de passos de uma pessoa por dia,

---

transformar um livro impresso em e-book, entre outros), eles estão inseridos em procedimentos algoritmos mais amplos de tratamento e captação de dados (Big Data, machine learning). (LEMOS, 2021, p.194)

Assim, a partir da definição de Lemos, entendemos que a presença indígena na Internet apontada no mapeamento ainda é majoritariamente marcada por processos de digitalização. Um dos motivos para isso é a baixa qualidade de acesso à Internet em áreas remotas do Brasil. No caso de comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas, no Baixo Amazonas, em alguns casos, sequer é possível acessar a rede mundial de computadores, como mostram as primeiras informações obtidas pelo projeto Cidadania Digital para planejamento e produção dos trabalhos de campo.

### **Considerações finais**

A ênfase da proposta aqui apresentada está nas reflexões teóricas relacionadas ao tema e no objetivo de propor/produzir mecanismos de acesso à informação, espaço de voz e registro da memória das comunidades tradicionais. Como parte do projeto Cidadania Digital, que tem como objetivo geral analisar as relações comunicacionais de povos, comunidades e/ou grupos em situação de minoria e vulnerabilidade social, a partir da perspectiva do digital, do net-ativismo e da cidadania, a pesquisa partiu em busca de um mapeamento de narrativas autônomas produzidas na região em questão.

Diferentemente de outras localidades da Região Norte, como Roraima (com a Rede Wakywai), ou mesmo de outras regiões do estado do Amazonas, a exemplo do Alto Rio Negro (como a Rede Wayuri), até o momento não foram identificadas no mapeamento da pesquisa no Baixo Amazonas iniciativas do mesmo gênero, que atuem de forma continuada em colaboração com as plataformas digitais.

Em parte, entendemos que as limitações de uma presença digital mais estruturada por parte dos coletivos se deve à instabilidade do acesso à internet na ilha de Parintins e nas comunidades circunvizinhas, que apenas em 2023 foram ligadas ao sistema nacional de energia elétrica, por meio do Linhão de Tucuruí<sup>11</sup>. Tal fato, porém, não inviabiliza a execução do projeto em questão; ao contrário, amplia os seus desafios de fomentar ou

---

<sup>11</sup> A Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus, mais conhecido como Linhão de Tucuruí é uma linha de transmissão que leva a energia produzida na Hidrelétrica de Tucuruí à região ao norte do Rio Amazonas, no Brasil.

---

aprimorar o net-ativismo e a cidadania digital desde a base nas comunidades e coletivos já existentes, mirando-se no exemplo de outras redes de comunicadores das bordas do planeta, muitas das quais se fortaleceram a partir de uma parceria entre a universidade, associações e institutos e as comunidades dos povos tradicionais, como no caso das redes Wayuri e Wakywai, aqui citadas.

A fim de representar a diversidade de narrativas existentes no Baixo Amazonas, mapeamos comunidades de três eixos distintos para colaborar como parceiras do projeto Cidadania Digital, por meio de uma produção compartilhada de conteúdo entre professores, pesquisadores e técnicos envolvidos nas etapas de pesquisa e extensão e os povos ribeirinhos. Em primeiro lugar, o projeto dará ênfase às narrativas dos povos indígenas, representada pelos povos Sateré-Mawé, em uma articulação mediada pela Associação dos Kapi e das Lideranças Tradicionais do Povo Sateré-Mawé (KAPI). Em segundo lugar, às narrativas afro-amazônicas, a serem fomentadas junto a comunidades que constituem a Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB), com mediação e parceria do Instituto Cultural Ajuri. Em terceiro lugar, as narrativas da imigração japonesa em Parintins, a serem articuladas com o apoio da Associação Nipo-Brasileira de Parintins.

Acreditamos que o mapeamento realizado e as parcerias já firmadas criam as condições para realização da etapa deste projeto no contexto amazônico. Na fase atual, já foi agenciada uma série de oficinas - letramento digital, fotografia, produção de vídeo como prova de violação de direitos, produção de podcasts, tecnologias da memória, etnoterritorialidades etc. – para que possamos fomentar a formação de redes para produção de narrativas autônomas “de Parintins [e sua bordas] para todo o mundo ver”, como diz a toada de um dos seus famosos *boi bumbás*, o *Garantido*.<sup>12</sup>

## REFERÊNCIAS

DI FELICE, M. **Net-ativismo**: da ação social para o ato conectivo. São Paulo: Paulus Editora, 2017.

---

<sup>12</sup> *Garantido* e *Caprichoso* são os *boi bumbás* protagonistas do Festival Folclórico de Parintins, manifestação cultural e artística que acontece desde 1995, hoje reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A canção citada no texto é de autoria de Ana Paula Perrone e Jorge Aragão “De Parintins para o mundo”, lançada em 1997.

---

DI FELICE, M. **A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais.** São Paulo: Paulus, 2020.

DIJCK, J. V. **The culture of connectivity: a critical history of social media.** New York City: Oxford University Press, 2013.

FERREIRA, B. M. **Design de plataformas digitais: o papel da forma nas arquiteturas de participação em rede.** 2021. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAIA, E. J. M. Notas para uma ecologia das narrativas autônomas em audiovisual streaming: do Junho de 2013 à pandemia. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 17, n. 2, 19 maio 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/57398>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LE MOS, A. Dataficação da vida. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 193– 202, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/39638>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LIMA, A. S. S. **Comunicação indígena em Roraima e a criação de novas territorialidades digitais: Rede Wakyway, resistências e saberes amazônicos.** 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2022. Disponível em: <https://antigo.ufrb.br/ppgcom/phocadownload/Documentos/Dissertao%20-%20Ariene%20Susui%20dos%20Santos%20Lima.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MALINI, F. Tecnopolítica: A viralidade indígena em rede e os novos modos de mobilização. In: **Mídia Ninja**. 20/04/2017. Disponível em: <http://midianinja.org/fabimolini/tecnopolitica-a-viralidade-indigena-em-rede-e-os-novos-modos-de-mobilizacao/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MAGALHÃES, M. **Net-ativismo: protestos e subversões nas redes sociais digitais.** Lisboa: ICNOVA, 2018. Disponível em: [https://www.icnova.fesh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/38/2019/01/ICNOVA\\_NetAtivismo.pdf](https://www.icnova.fesh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/38/2019/01/ICNOVA_NetAtivismo.pdf). Acesso em: 16 ago. 2023.

MAGALHÃES, M. **“Nossos sonhos não cabem nas urnas”:** a crise da política e o net-ativismo. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2021.

MAGALHÃES, M.; FRANCO, T. Notas sobre o net-ativismo e a cidadania digital: uma introdução à obra. In: Magalhães, M.; Di Felice, M.; Franco, T. (Orgs.). **Cidadania digital: a conexão de todas as coisas.** São Paulo: Alameda, 2023 (pp. 15-23).

PEREIRA, E. S. Genealogia e perspectivas epistemológicas da comunicação indígena digital no Brasil. In: Magalhães, M.; Di Felice, M.; Franco, T. (Orgs.). **Cidadania digital: a conexão de todas as coisas.** São Paulo: Alameda, 2023 (pp. 129-154).

POELL, T.; NIEBORG, D.; DIJCK, J. V. Plataformização. **Revista Fronteiras**, v.22, n.1, 2020, p.2-10. Disponível em:

---

<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01/60747734>. Acesso em: 19 set. 2022.

WITNESS. Vídeo como prova jurídica para defesa dos direitos humanos no Brasil. [S.l]: **Witness**, 2019. Disponível em: [https://portugues.witness.org/portfolio\\_page/video-como-provajuridica-para-a-defesa-dos-direitos-humanos-no-brasil](https://portugues.witness.org/portfolio_page/video-como-provajuridica-para-a-defesa-dos-direitos-humanos-no-brasil). Acesso em: 17 mai. 2023.